

POLÍTICA E OPINIÃO PÚBLICA



Esta seção traz uma análise da distribuição do Fundo Eleitoral de Campanha e do horário de propaganda eleitoral gratuito na tevê e no rádio e do possível impacto que devem causar às candidaturas e apoios. Enfoca também as manobras jurídicas da Operação Lava Jato para manter Lula preso e inviabilizar sua disputa na eleição presidencial de outubro. Ainda assim, os últimos dados das pesquisas de opinião da Ipsos mostram que sua candidatura continua forte e que Lula é aprovado por 45% – a taxa mais alta entre os dezenove nomes apresentados aos entrevistados.

Distribuição do Fundo Público de Campanha

Em meio à pré-campanha, os partidos começam a se estruturar para enfrentar o intenso período de eleições gerais que será instaurado nos meses de setembro e outubro no país. Além das intenções de voto, rejeição e simpatia do eleitorado, devemos considerar também a estrutura de campanha que os partidos e os candidatos terão neste ano. Principalmente no que se refere ao valor que terão do Fundo Eleitoral e do financiamento via pessoa física, inclusive por meio de crowdfunding, tempo de tevê e a capilaridade eleitoral e ganho de estrutura em todos estes aspectos que são acrescidos por coligações.

O Tribunal Superior Eleitoral divulgou em 15 de junho o montante que será oferecido pelo Fundo Eleitoral, isto é, parcela do orçamento público destinada ao financiamento de campanha. O Fundo foi criado após o fim do financiamento empresarial de campanha. O partido que terá o maior montante do Fundo Eleitoral será o MDB (aproximadamente 234 milhões de reais, cerca de 14% do total), segui-

do do PT (aproximadamente 212 milhões e 12%), PSDB (186 milhões, 11%), PP (131 milhões, 9%), enquanto os outros 31 ficarão com fatias menores. Considerando os tetos para gastos de campanha também instituídos pelo Congresso, ou seja, com o montante máximo que as candidaturas poderão gastar, muitos dos nomes que concorrerão à Presidência podem ter problemas estruturais quando a corrida eleitoral começar.

Um candidato à Presidência poderá gastar, no máximo, setenta milhões de reais. Se não considerarmos nesta conta que os partidos terão de investir também em dezenas de candidaturas de deputados federais e estaduais, governadores e senadores, que variarão de estado para estado, mesmo que partidos menores coloquem todo o montante que têm à disposição de suas candidaturas, ficarão longe do teto para campanha presidencial, que, com certeza, será explorado ao máximo pelos partidos maiores. O PSDB, por exemplo, já sinalizou que destinará a quantia de setenta milhões de reais

para o pré-candidato Geraldo Alckmin, caso este concorra à Presidência.

Se, por exemplo, a Rede, de Marina, colocar todos os seus recursos do Fundo Eleitoral na campanha da ex-senadora, dez milhões e seiscentos mil reais aproximadamente seria o valor que ela teria para sua campanha. Soma-se a este cenário o pouco tempo de tevê que uma candidatura como a de Marina terá: oito segundos, se depender apenas da Rede Sustentabilidade. Com mais de dez pontos percentuais nas pesquisas de intenção de voto, a pré-candidata terá dificuldades para aumentar seu capital eleitoral caso não consiga uma coligação de tamanho considerável, que possa somar em força política, tempo de televisão e em recursos do Fundo Eleitoral.

O mesmo pode ocorrer com Bolsonaro, segundo colocado nas pesquisas: seu partido possui cerca de nove milhões de reais oriundos do Fundo Eleitoral e nove segundos de tempo de tevê. Quando se soma a essa conta o fato de que os partidos também terão despesas com outras candidaturas, a estrutura menor fica evidente e poderá ter influência nos resultados eleitorais. Candidatos como o deputado e a ex-senadora podem apostar nas redes sociais, que, embora sejam onerosas, custariam menos do que a campanha de rua. Também podem ter os valores aumentados caso consigam grande arrecadação por meio de crowdfunding.

Além do MDB, PT, PSDB, PSL e Rede, os outros partidos com pré-candidatos terão à disposição os seguintes montantes do Fundo Eleitoral, em valores aproximados: o DEM, de Rodrigo Maia, terá 89 milhões de reais; o PRB, de Flavio Rocha, 67 milhões; o PDT, de Ciro Gomes, 61 milhões; o Solidariedade, de Aldo Rebelo, quarenta milhões; o Podemos, de Álvaro Dias, 36 milhões; o PSC, de Paulo Rabello de Castro, também 36 milhões; o PC do B, de Manuela D'Ávila, 31 milhões; o PSOL, de Guilherme Boulos, 21 milhões, entre outros partidos menores.

Dos dez partidos com maior volume de recursos do Fundo Eleitoral, quatro não possuem pré-candidaturas, o que deve influir junto com o tempo de tevê, máquina partidária e capilaridade eleitoral na hora de formação das coligações e inclusive na desistência de pré-candidaturas: além do PP, supracitado, o PSB, por exemplo, possui a quinta maior

fatia, com aproximadamente 119 milhões de reais.

Lava Jato na desarticulação da candidatura Lula

Na sexta-feira (22 de junho), o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Edson Fachin retirou da pauta da 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal e arquivou o recurso do pedido de liberdade do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que seria julgado na terça-feira, dia 26.

Fachin justificou a decisão pelo fato de a vice-presidenta do TRF da 4ª Região (TRF-4), Maria de Fátima Freitas Labarrère, rejeitar o recurso extraordinário da defesa de recorrer ao STF contra a condenação do ex-Presidente na Operação Lava Jato. Segundo ele, “com efeito, a modificação do panorama processual interfere no espectro processual objeto de exame deste Supremo, revelando, por consequência, a prejudicialidade do pedido defensivo”, escreveu.

A defesa do ex-Presidente havia impetrado os recursos especial e extraordinário contra o acórdão que condenou Lula no caso do triplex do Guarujá. O recurso especial, conduzido ao STJ, e extraordinário, ao STF. Cabe ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, de origem do processo, avaliar se os recursos atendem a requisitos mínimos para serem admitidos e julgados. Em ambos os recursos, a defesa sustenta a suspeição do juiz Sérgio Moro e alega a falta de provas para condenar o ex-Presidente.

A rejeição do recurso era esperada, mas a suspensão surpreendeu a defesa de Lula. “Esse é um fato absolutamente novo, precisamos saber qual o teor do despacho dele, como isso chegou ao Supremo. A velocidade (da decisão de Fachin – quarenta minutos após a homologação do STF) é espantosa, é uma coisa inédita”, disse o criminalista José Roberto Batochio, um dos advogados do ex-Presidente.

A defesa de Lula irá recorrer dessas decisões. Segundo o advogado Cristiano Zanin Martins, “a defesa do ex-Presidente Lula recorrerá das decisões proferidas em 22 de junho e estranha que o TRF-4 tenha analisado a admissibilidade do recurso extraordinário às vésperas do julgamento marcado pela presidência da 2ª Turma do STF para analisar o pedido de liberdade do ex-Presidente. A decisão do TRF-4 foi proferida poucas horas após a defe-

sa de Lula apresentar à vice-presidência da Corte memorial demonstrando a presença de todos os requisitos para a admissibilidade dos recursos especial e extraordinário”.

Em entrevista concedida à emissora de TV portuguesa RTP, o ministro do STF Marco Aurélio Mello criticou o entendimento da Corte de autorizar a prisão após condenação em segunda instância. Para ele, a decisão “fere um dos artigos da constituição”. Ele disse que a prisão do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva é ilegal e viola a constituição brasileira.

Paralelamente, a presidência da Câmara dos Deputados pediu um estudo da assessoria técnica da Casa para avaliar a criação de CPI da Lava Jato, apresentada pelo PT sob o pretexto de investigar suspeitas de que escritórios de advocacia direcionaram depoimentos de delatores.

Últimas pesquisas de opinião pública

O ex-Presidente Lula (PT) é o pré-candidato à presidência da República mais aprovado pela população brasileira, com 45%, segundo a pesquisa Ipsos divulgada sábado (23 de junho). A aprovação de Jair Bolsonaro (PSL), segundo candidato nas pesquisas de intenção de voto, caiu de 23% para 20%, e sua desaprovação subiu de 60% para 64%.

Os demais pré-candidatos também têm altas taxas de rejeição. O mais desaprovado é Geraldo Alckmin (PSDB), com 70% de rejeição, enquanto apenas 18% aprovam o tucano. Ciro Gomes (PDT) tem 65% de rejeição e 20% de aprovação, enquanto Marina Silva (Rede) tem 63% de desaprovação e uma taxa de aprovação de 29%. O ex-prefeito Fernando Haddad, testado como eventual substituto de Lula pelo PT, tem reprovação de 57% e aprovação de 7%.

Embora não seja candidato, o juiz Sérgio Moro teve a imagem igualmente testada, e cresce sua rejeição entre a população brasileira. Sua desaprovação subiu de 47% em março para 55% em junho, enquanto a aprovação caiu de 44% para 37%. A pesquisa Barômetro Político Estadão-Ipsos não tem intenção de aferir intenção de voto, mas todos os meses analisa a opinião dos brasileiros e mede o quanto a população brasileira aprova ou desaprova a maneira como personalidades do mundo político e jurídico atuam no país.

Outra pesquisa do Instituto Análise, comandado por Alberto Carlos Almeida, cientista político, autor do livro *A cabeça do brasileiro*, revela que 65% da população avaliam, hoje, o governo que Lula fez entre 2003 e 2010 como “bom” e “ótimo”, um número semelhante àquele de quando ele estava no poder (66%, em 2004). Para o cientista político “a melhoria de vida durante o governo Lula permanece na memória”.

Na pesquisa do Datafolha, de 6 e 7 de junho, 55% da população acreditam que Lula não será candidato à presidência da República, mas esse número caiu de 62% em abril, e 49% são contra o veto de sua candidatura.

Dados da mesma pesquisa Datafolha, só divulgadas na última sexta-feira, 22 de junho, revelam que 32% da população brasileira consideram que o ex-Presidente Lula é o pré-candidato mais preparado para acelerar o crescimento da economia do país e reverter o cenário de estagnação econômica em que o golpe o mergulhou. Ao encerrar seu segundo mandato, após sete anos e onze meses de governo, Lula tinha aprovação de 83% dos brasileiros, a mais alta já alcançada por um presidente na série histórica do Datafolha, e uma taxa de crescimento do PIB de 7,6%, a maior desde 1985.